



# Prefeitura Municipal de Castro

## PROJETO DE LEI Nº 169/2025

**Súmula:** Institui a Comissão Avaliação e Reavaliação Patrimonial e dá outras providências.

**Art. 1º.** INSTITUI e a Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial da Prefeitura Municipal de Castro, que tem por objetivo o controle dos bens de caráter permanente, com a indicação dos elementos necessários para a sua perfeita caracterização e dos agentes responsáveis pela sua guarda e utilização.

**Art. 2º.** A Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial da Prefeitura Municipal de Castro terá as seguintes atribuições:

- I - Auxiliar a normatização de procedimentos e critérios para a avaliação, reavaliação, desfazimento e/ou depreciação dos bens móveis da Prefeitura;
- II - Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao patrimônio, inclusive processos de desfazimento, tais como leilões, doações, transferências, entre outros;
- III - Manter registro dos responsáveis pelos bens patrimoniais;
- IV - Verificar a inservibilidade ou imprestabilidade dos bens para fins de baixa, devolução e/ou leilão;
- V - Avaliar sucatas pertencentes ao acervo patrimonial da Prefeitura e, quando for o caso, solicitar pareceres técnicos de empresas ou pessoas físicas capacitadas para este fim;
- VI - Viabilizar a avaliação ou reavaliação dos bens móveis para fins contábeis;
- VII - Emitir pareceres sobre a doação de bens móveis, permitida exclusivamente para fins de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência



# Prefeitura Municipal de Castro

socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

VIII - Realizar o inventário dos bens patrimoniais;

IX - Avaliar os bens móveis que não possuam valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e a condição de uso e estado de conservação do bem;

X - Avaliar, reavaliar ou depreciar os bens patrimoniais que possuam valores simbólicos ou irrisórios ou, ainda, valores superiores ao valor de mercado, conforme o caso, a fim de que possam espelhar a realidade.

XI – identificar, cadastrar e entregar os bens adquiridos por compra, doação, transferência, etc.;

XII - documentar de imediato toda e qualquer movimentação dos bens sob seu controle;

XIII - verificar os relatórios mensais dos itens recebidos, a identificação da localização física da área responsável pelo bem através de seu titular;

XIV - emitir e controlar os Termos de Responsabilidade de Carga Patrimonial atribuídos aos responsáveis setoriais e os Termos de Responsabilidade Individual ou sub-carga aos servidores responsáveis pelo uso contínuo de bens;

XV – outras atribuições relativas a registro e controle do patrimônio público.

**Art. 3º.** A Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial será integrada por servidores efetivos do Município de Castro, com a seguinte composição:

I - 1 (um) Presidente;

II - 2 (dois) membros titulares;

III - 2 (dois) membros suplentes.

**Parágrafo único.** Os integrantes da Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial receberão gratificação pelo exercício de suas funções, nos termos do art. 59, IX, da Lei Complementar nº 13/2007, nos seguintes valores:





# Prefeitura Municipal de Castro

I. Presidente: 30% (trinta por cento) incidente sobre o nível inicial da carreira, com simbologia “G5-000”;

II – Membros titulares: 25% (vinte e cinco por cento) incidente sobre o nível inicial da carreira, com simbologia “G5-000”;

III – Membros suplentes: 15% (quinze por cento) incidente sobre o nível inicial da carreira, com simbologia “G5-000”;

**Art. 4º.** O Executivo regulamentará o funcionamento da Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Castro, em 21 de outubro de 2025.





# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### JUSTIFICATIVA

#### **“AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A COMISSÃO AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Senhores Vereadores,

O presente projeto visa instituir gratificação aos integrantes da Comissão de Avaliação e Reavaliação Patrimonial, que foi instituída pelo Decreto nº 899/2025.

Da leitura desse Decreto, verifica-se que o ato pelas substitui um dos membros da comissão já instituída pelo Decreto nº 377/2025. Esse último diploma não se refere a qualquer lei anterior, não justifica a criação da Comissão nem dispõe sobre suas atribuições. Em pesquisa, não foi encontrada Lei que tenha criado tal comissão.

Do exposto, verifica-se a ilegalidade do Decreto nº 377/2025, visto que o ato não tem o condão de instituir comissão permanente, com funções específicas, o que somente pode ocorrer mediante lei específica.

Do que foi exposto, extrai-se que é necessária a criação da referida comissão por Lei, prevendo suas atribuições, sua composição e as funções de seus membros, bem como a gratificação a ser paga aos servidores nomeados. Nesse sentido, trata-se de vantagem remuneratória propter laborem, ou seja, concedida ao servidor em razão do exercício de uma função específica, enquanto houver a efetiva prestação do serviço.

Importa destacar que o pagamento de vantagem remuneratória, na forma de gratificação em razão de função que exceda as atribuições habituais do cargo público ocupado pelo servidor, é autorizado pelo art. 59, IX, do Estatuto dos Servidores de Castro – Lei Complementar nº 13/20074.





# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tal procedimento foi adotado, por exemplo, na recente Lei nº 4.199/2025, que criou a Comissão Técnica de Assuntos Fazendários, previu suas atribuições e composição, bem como instituiu gratificação.

Em anexo, encaminha-se a Estimativa de Impacto Orçamentário relativa às alterações apresentadas neste Projeto de Lei.

Pelo exposto, solicita-se a apreciação por esta Casa de Leis do presente projeto, esperando sua aprovação na forma em que se encontra.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 21 de outubro de 2025.

